Município
Palmela
Assembleia Municipal

-

Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Palmela
Realizada no dia 23 de julho de 2020
Ata N.º 30

No dia vinte e três de julho de dois mil e vinte, pelas vinte horas e trinta e nove minutos, no Cine Teatro São João em Palmela, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – Contas Consolidadas 2019;

PONTO DOIS – 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento 2020 e Grandes Opções do Plano 2020-2023;

PONTO TRÊS – Regulamento das Condecorações do Município de Palmela;

PONTO QUATRO – Dedução temporária de taxa por motivo de obra – estabelecimentos comerciais no Castelo de Palmela;

PONTO CINCO – Autorização para assunção de compromissos plurianuais resultante do(s) contrato(s) de empréstimo de médio e longo prazo, celebrado(s) junto do Banco Europeu de Investimento (BEI) – "Linha BEI PT 2020", ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, pelo Segundo Secretário, Sra. Andreia Sofia Dias Bento e pelo Membro Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Luis Manuel Paciência Pato;
- Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião;
- Sr. José Pedro Rosado Carvalho;
- Sra. Rute Isabel Morgado Trindade;
- Sr. Joaquim Pereira Pires;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sr. Carlos Alberto das Neves Moço;
- Sra. Maria João Camolas Contente Caleira;
- Sr. Raul José Rodrigues Prazeres;
- Sra. Carina Sofia Tomé de Matos;
- Sr. António Joaquim Viegas.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. José Carlos Matias de Sousa;

- Sr. Carlos André Caetano da Silva;
- Sra. Ana Elísia Gonçalves Monteiro;
- Sr. Rui Manuel Marques Lourenço;
- Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques;
- Sr. António Manuel Camacho Guerreiro Godinho;
- Sra. Patricia Alexandra da Silva Bento Caixinha;
- Sr. Jorge Manuel Cândido Mares.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sr. Colin Michael Mateus Marques;
- Sr. Carlos Alberto Andrade Bento.

Por parte do Movimento Independente Pela Mudança (MIM):

- Sr. Mário Rui Faustino Baltazar.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE)

- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos;
- Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira.

Verificou-se ainda as seguintes ausências.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sr. Domingos da Costa Rodrigues;
- Sr. Nidberto Patuleia Paiva;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa;
- Sr. Manuel Joaquim Fernandes Lagarto;
- Sra. Paula Cristina Guerreiro Sobral.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. Pedro Miguel Paula Biu;
- Sr. Jorge Manuel Marques Freitas.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Maria Rosa Pinto Bôcas;

- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela de Almeida Pésinho;
- Sr. Vereador António Manuel da Silva Brás;
- Sra. Vereadora Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo;
- Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro;
- Sra. Vereadora Palmira Maria Santinhos Hortense.

Iniciando os trabalhos, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que:

- **Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete da CDU,** justificou ausência à sessão, por motivos de saúde, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião** que se encontrava presente.
- **Sr. Domingos da Costa Rodrigues da CDU,** justificou ausência à sessão, por motivos de férias, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Luis Manuel Paciência Pato** que se encontrava presente.
- **Sr. Pedro Miguel Paula Biu do PS,** justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Carlos André Caetano da Silva** que se encontrava presente.
- **Sr. Nidberto Patuleia Paiva da CDU,** justificou ausência à sessão, por motivos de férias, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. José Pedro Rosado Carvalho** que se encontrava presente.
- **Sra. Paula Cristina Guerreiro Sobral da CDU**, justificou ausência à sessão, por motivos de férias, tendo a falta sido considerada justificada.
- **Sr. Jorge Manuel Marques Freitas do PS**, justificou ausência à sessão, por motivos de trabalho, tendo a falta sido considerada justificada.
- **Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim do PPD/PSD.CDS-PP,** justificou ausência à sessão, por motivos de trabalho, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Carlos Alberto Andrade Bento** que se encontrava presente.
- **Sr. António Manuel Caeiro Mestre da CDU, Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo,** justificou ausência à sessão, fazendo-se representar por **Carina Sofia Tomé de Matos** secretária do executivo.
- **Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa da CDU, Presidente da União das Freguesias de Poceirão e Marateca,** justificou ausência à sessão, fazendo-se representar por **António Joaquim Viegas** secretário do executivo.
- **Sr. Manuel Joaquim Fernandes Lagarto da CDU, Presidente da Junta de Freguesia de Pinhal Novo,** justificou ausência à sessão, fazendo-se representar por **Raúl José Rodrigues Prazeres** vogal do executivo.
- **Sr. Nuno Duarte Ribeiro Delgadinho da CDU,** apresentou pedido de prorrogação da suspensão de mandato, por motivos de ordem pessoal, pelo período de cento e oitenta dias a partir 07.06.2020, pelo que coloca o pedido à apreciação do Plenário não tendo merecido qualquer comentário. O lugar agora vago será ocupado pelo **Sr. Carlos Alberto das Neves Moço** que se encontrava presente.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos novos Membros **Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião, Sr. Luis Manuel Paciência Pato, Sr. José Pedro Rosado Carvalho e Sr. Carlos Alberto das Neves Moço da CDU, Sr. Carlos André Caetano da Silva do PS e Sr. Carlos Alberto Andrade Bento do PPD/PSD.CDS-PP** que após juramento de honra e assinadas as respetivas atas, que ficam apensas à presente, foram empossados no cargo.

Solicitou a **Sra. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

Período de Antes da Ordem do Dia

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, boa tarde uma vez que o sol ainda está alto, Sr. Presidente da Câmara, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, Srs. trabalhadores da Câmara Municipal de Palmela.

Vamos começar a nossa sessão e trata-se de uma sessão extraordinária. Quando realizámos a nossa última sessão da Assembleia ainda não tínhamos nenhuma certeza quanto a esta sessão, razão pela qual não foi pré agendada logo nessa altura, mas espero agora que seja a nossa última sessão antes deste período de férias que se inicia e que normalmente acontece durante o mês de agosto e, se não houver nada de extraordinário, vamos reencontrar-nos em setembro para sessão ordinária.

Embora sendo uma sessão extraordinária, não havendo lugar nem a intervenções do público, nem a período antes da ordem do dia ou seja intervenções várias por parte dos Srs. Membros da Assembleia, eu gostava de fazer uma pequena referência à reunião que nós tivemos e em que estiveram envolvidos representantes de algumas das Bancadas e que nos parece importante dar desde já conta a esta Assembleia uma vez que estamos a reunir hoje, e sem prejuízo de o tema voltar numa ou na próxima sessão ordinária até porque, provavelmente, dará lugar à realização duma moção, uma tomada de posição, que esperamos que venha a ser conjunta de toda a Assembleia e o tema voltará, pela sua importância eu divulgava-o já.

Nós estivemos até há pouco numa reunião solicitada por médicos, diretores de serviço do Hospital de Setúbal, partilhando com a Assembleia Municipal e pedindo a intervenção da Assembleia Municipal em relação à sua grande preocupação, pelos vistos uma preocupação que atravessa muitos dos profissionais, no sentido de que o Hospital de Setúbal não pode perder valências, o Hospital de Setúbal não pode ser um hospital com uma classificação inferior a outros hospitais, porque tem todas as competências, o quadro clínico, meios técnicos, etc., etc., que justifiquem, como se diz pelos vistos na sua linguagem própria, o reconhecimento da idoneidade daquele Centro Hospitalar para a prestação de determinadas valências e determinados cuidados e sendo que isso é uma questão muito importante para a questão do financiamento público do hospital. Ou seja, um hospital que não tenha uma determinada classificação é remunerado pelo Orçamento de Estado em condições diferentes de um hospital que tem uma outra classificação, e parecendo que não esta é uma questão absolutamente central e decisiva para o funcionamento daquele equipamento em condições. Para além disso, também questões relacionadas com as instalações e o próprio quadro humano que vai sendo aos poucos desfalcado. Isto para dizer que foi um tema que nos mobilizou a todos, que achamos que é da maior importância na medida em que o Hospital de Setúbal não é só o hospital que serve estes três concelhos, Setúbal, Palmela e Sesimbra, como está formalmente designado é, de facto, um Centro Hospitalar de grande importância na região, em toda a região de Setúbal, servindo o antigo distrito de Setúbal, ou seja chegando até aos concelhos do Litoral Alentejano e não é indiferente realmente as pessoas deixarem de ser assistidas em Setúbal para passarem a ser assistidas em Lisboa, não é nada indiferente e todos nós, provavelmente, já tivemos experiências próprias ou próximas. É um tema ao qual damos a maior importância, o Sr. Presidente da Câmara está igualmente empenhado, e vamos partilhar isto com os municípios da região, com as Assembleias, para tentar chegar a uma posição que possa contribuir para a defesa daquele Centro Hospitalar.

Era esta a informação que vos queria dar nesta fase, e vamos imediatamente dar origem à nossa ordem de trabalhos não sem antes apreciar a ata que temos para votar, a ata número vinte e sete.

Hoje nós temos uma primeira experiência que já há muito era aguardada que era a transmissão neste caso em direto da sessão da nossa Assembleia, está a acontecer e isso significa que vai ser partilhada e os munícipes que assim entenderem podem assistir à nossa sessão online.

Vamos imediatamente passar à votação da ata número vinte e sete, e pergunto se há questões? Diz respeito à sessão de vinte e oito de maio de dois mil e vinte, foi uma sessão extraordinária tendo como pontos da ordem de trabalhos a atribuição da Medalha Municipal e da Medalha de Honra."

A Ata número vinte e sete, de vinte e oito de maio de dois mil e vinte, foi aprovada, por unanimidade, com vinte e sete votos a favor (catorze da CDU, oito do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP, um do MIM e dois do BE).

<u>Período da Ordem do Dia</u>

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Vamos passar à ordem de trabalhos, para o primeiro ponto da ordem de trabalhos, Contas Consolidadas do Município, eu pedia ao Sr. Presidente da Câmara que fizesse a sua apresentação."

PONTO UM – Contas Consolidadas 2019.

O **Sr. Presidente de Câmara:**

"Muito obrigado Sra. Presidente, restantes Membros da Mesa da Assembleia, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, Sras. e Srs. Vereadores, quem assiste à sessão em direto ou posteriormente em diferido a todas e a todos, cordiais saudações.

Passaria então a apresentar o ponto um das Contas Consolidadas aquilo que, de certa forma, exige, ainda, a realização desta sessão extraordinária durante o mês de julho, porque temos até final do mês que fazer a entrega no Tribunal de Contas, e como sabeis a lei setenta e três de dois mil e treze prevê, no seu artigo septuagésimo quinto, a obrigatoriedade de os municípios que controlem, de forma direta ou indireta, outras entidades, elaborarem contas consolidadas, de acordo com os procedimentos contabilísticos para a consolidação definidos no Pocal, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais da entidade detida ou participada.

Esta consolidação que tem como objetivo obter uma visão global da situação financeira do grupo municipal, que aqui é composto pelo Município de Palmela - entidade mãe - e pelo conjunto das entidades controladas pela entidade mãe que, neste caso, se trata apenas da Palmela Desporto.

Percorrendo o documento, e sem pretender fazer uma reflexão muito aprofundada, recordaria que para além da Palmela Desporto, há um conjunto de outras entidades que conheceis onde o município tem participação mas que não controla, porque não detém a maioria do capital, pelo contrário, nomeadamente a AMARSUL, a SIMARSUL e a própria ADREPAL.

Depois o documento, na página nove, remete-nos para a explicação dos procedimentos de consolidação que têm de obedecer ao SataPocal, desde dois mil e quinze, e que o levaram a que, por exemplo, no caso da Palmela Desporto à necessidade de converter para o Pocal as contas desta entidade que utiliza um sistema contabilístico diferente, nomeadamente o SNC - Sistema de Normalização Contabilística. De facto, com base nas contas individuais das entidades consolidadas, ajustamentos e operações de consolidação foram produzidos então os documentos do grupo municipal que aqui se apresentam e designados balanço consolidado, demonstração consolidada de resultados e fluxos de caixa consolidados.

O balanço consolidado do grupo municipal evidencia um ativo líquido total de cento e vinte e nove vírgula cinco milhões de euros dos quais cento e doze vírgula nove milhões correspondem a ativos imobilizados. Do imobilizado com maior peso, temos as imobilizações corpóreas e os bens de domínio público, o que também é perfeitamente normal e habitual e o ativo circulante que corresponde a doze vírgula três por cento do total do ativo líquido.

As dívidas de terceiros de curto prazo, dois vírgula cinco do ativo líquido, três vírgula dois milhões de euros.

Sobre o passivo do grupo ele é constituído por empréstimos de médio e longo prazo, no montante de nove milhões; dívidas a terceiros de curto prazo no valor de três vírgula dois milhões, mas atenção que não são dívidas a terceiros aqui as operações de tesouraria temos retenções efetuadas para entrega a outras entidades nomeadamente garantias e cauções e descontos, um vírgula três milhões de euros que corresponde a cinco vírgula três do passivo; acréscimos e deferimentos dez vírgula sete milhões de euros, quarenta e três vírgula quatro do passivo; quatro vírgula dois por cento existem para constituição de provisões para riscos e encargos no montante de um milhão de euros.

Depois destacaria na página quinze a referência ao total do ativo líquido do grupo municipal, que tem um crescimento de dois vírgula cinquenta e três por cento face ao valor no ano antecedente e para o aumento verificado do ativo líquido que concorreu comportamento das imobilizações corpóreas e das disponibilidades que em relação ao período homólogo cresceram cinco vírgula um milhões de euros.

Depois, se calhar, saltava para a página dezassete para se perceber, também, que os fundos próprios do grupo municipal cresceram em dois mil e dezanove dois vírgula cinco milhões de euros, portanto, houve um melhor desempenho económico registado.

Em dois mil e dezanove, o total de custos do grupo municipal de Palmela atingiu o montante de quarenta e seis vírgula oito milhões de euros e as rubricas com maior peso na estrutura de custos continuam a ser os custos com o pessoal com vinte e dois vírgula seis por cento, fornecimentos e serviços externos vinte e nove vírgula sete por cento, amortizações e provisões do exercício dezasseis vírgula dois por cento.

Na demonstração consolidada de resultados sublinha-se aqui nos proveitos correntes proveitos extraordinários no valor de um milhão cento e trinta mil quatrocentos e setenta euros e dois cêntimos e no total dos proveitos do grupo municipal onde se regista também uma subida de três vírgula três milhões de euros face ao registado em dois mil e dezoito.

Os impostos e taxas continuam a ter o maior peso, equivalem a cinquenta e três vírgula cinco por cento dos proveitos, a venda de produtos e prestações de serviços representam vinte e quatro vírgula um por cento dos proveitos, transferências e subsídios obtidos correspondem a cerca de vinte por cento dos proveitos.

Regista-se, também, um aumento dos custos operacionais do exercício em dois milhões de euros, obviamente isto tem que ver com os custos de pessoal e respetivos encargos sociais, das transferências e subsídios correntes concedidos e do fornecimento e serviços externos, apesar do decréscimo das amortizações do exercício em um vírgula dois milhões de euros.

Os proveitos operacionais do grupo cresceram três vírgula um milhões de euros, cerca de seis vírgula nove por cento face ao ano anterior, o que demonstra o bom desempenho económico gerado pela sua atividade e que foi impulsionado por fatores como o aumento dos impostos e taxas, de dois vírgula um milhões de euros, o acréscimo das transferências obtidas em zero vírgula seis milhões de euros e o aumento das vendas de produtos e da prestação de serviços em zero vírgula quatro milhões de euros, mais três vírgula um por cento no ano anterior.

Na página vinte e dois, podeis observar as informações sobre as entidades participadas, até para se perceber o nosso peso nas sociedades respetivas, e, também, as informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo e regista-se que, no final de dois mil e dezanove, o capital em dívida era inferior em um milhão e cinquenta e nove mil e novecentos e dezanove euros, menos dez vírgula cinco por cento relativamente ao início do ano. Fica a nota, também, até porque temos aqui um quadro plurianual, que desde o início de dois mil e dezasseis o endividamento bancário diminuiu vinte e nove vírgula dois por cento, menos três milhões setecentos e dezasseis zero sessenta e nove.

No final temos, também, aqui, o encontro e o tipo de fluxos entre o município e a entidade que detém a Palmela Desporto e por ora é o que posso dizer.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada, Sr. Presidente.

Caros colegas, está aberta a discussão sobre esta proposta, quem deseja intervir?

Dou a palavra ao Partido Socialista, Sr. Membro da Assembleia José Carlos de Sousa."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Uma boa noite a todos e todas, Sra. Presidente, Srs. Secretários da Mesa, Sr. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, caríssimos Membros da Assembleia, técnicos da autarquia aqui em serviço, quem está lá em casa a ver-nos, uma boa noite a todos.

Primeira nota para esta questão do *streaming* que para o Partido Socialista é nova, sendo que é de saudar ou seja desde dois mil e oito, penso eu, que as reuniões da Câmara Municipal são emitidas através de *streaming*, as da Assembleia Municipal há muito que havia sido dito que deveriam ser, inclusivamente o Bloco de Esquerda fez em tempos uma proposta nesse sentido. Parece que nunca tinha havido condições para isso e, felizmente, parece que, neste momento, há condições para nos verem lá em casa. Eu, por acaso, gostava de perceber, depois os serviços far-me-ão, com certeza, chegar isso, quantas pessoas estiveram a ver esta sessão, porque eu tenho ideia de que a divulgação do *streaming* desta sessão não terá sido a melhor, eu pelo menos não sabia que a sessão iria ser transmitida por *streaming*, não sei se algum dos membros que aqui está saberia, porque quer o edital, quer tudo o resto que foi publicitado não mencionava esse facto e, portanto, mais uma vez o que fazemos temos que fazer efetivamente e temos que fazer para ter repercussões, não temos que fazer por fazer. Este é um ponto prévio.

Ponto seguinte, relativamente às contas consolidadas, o Sr. Presidente esteve bem na sua intervenção, fez uma escalpelização, página a página, das contas consolidadas e não teremos muito a acrescentar àquilo que ele disse que foi, genericamente, ler aquilo que aqui está no documento. Contudo, há um aspeto que gostávamos aqui de mencionar, sendo que esta discussão das contas já é uma discussão que vem da discussão do próprio relatório de contas do município relativamente a dois mil e dezanove, e em relação a isso não haverá muito a acrescentar. A única coisa que poderemos acrescentar é que mais uma vez na informação que o Revisor Oficial de Contas, Marques Cruz, Associado Sociedade ROC Lda., apresenta há bases como comunicação de reservas alguns dos aspetos que todos os anos se fala e todos os anos, enfim, são vertidos para estes relatórios e que tem a ver com o facto do património e o balanço estarem afetados negativamente devido ao facto de não estarem ainda totalmente regularizadas diversas operações urbanísticas, arruamentos, benfeitorias e outros. Sistematicamente isto aparece ano, após ano, se não é com esta terminologia é com uma terminologia muito idêntica e eu acho que se estamos a investir num ROC – Revisor Oficial de Contas que, sistematicamente, nos diz a mesma coisa, das duas uma ou nós cumprimos genericamente e tentamos ir ao encontro daquilo que são as necessidades aqui diagnosticadas ou então há aqui alguma coisa que efetivamente não está muito bem.

Eu não vou fazer o trabalho que o Sr. Presidente já fez, que era fazer a leitura sistemática destes mapas, iria dizer única e exclusivamente que na página vinte e dois, quando o capital em dívida no final do ano. como o Sr. Presidente disse e muito bem, são cerca de nove ponto zero zero oito milhões de euros, muito melhor do que aquilo que era anteriormente e isso é visível no documento, e nos documentos do município tem sido visível esta diminuição do valor da dívida e a consolidação das contas é feita por esta via, sendo que aquilo que é difícil para quem lá está em casa a olhar para nós, e para aqueles que estão aqui sentados, obviamente, é perceber porque é que com esta situação financeira fica sempre tanta coisa por fazer, fica tanto investimento por concretizar, fica tanto aspeto das GOP – Grandes Opções do Plano, por, ou, a adiar e é isto que nos tem que inquietar de alguma forma, é como é com esta situação financeira, que o Sr.

Presidente aqui disse e muito bem, estão aqui espelhados genericamente todos esses números, conseguimos continuar a não ter aquilo que os munícipes há muito pedem, exigem, estão vertidos nos vossos programas eleitorais com as tais quatrocentas e não sei quantas medidas que o Sr. Presidente, muitas vezes fala, etc., etc., e com a concretização das mesmas. Parece-me que, em face destas contas consolidadas que aqui estão que mostram alguma saúde financeira do município, teríamos objetivamente que exigir muito mais.

É uma discussão que não retomaremos, já a fizemos aquando da discussão do relatório de contas relativamente a dois mil e dezanove e mantendo uma posição que tem sido apanágio do Partido Socialista nós abster-nos-emos nestas Contas Consolidadas.

Muito obrigado, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada, também.

Mais alguma intervenção Srs. Membros da Assembleia?

Não havendo votamos."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com catorze votos a favor da CDU e treze abstenções (oito do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP, um do MIM e dois do BE).

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Proposta seguinte, Sr. Presidente pergunto se quer fazer uma apresentação também."

PONTO DOIS – 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento 2020 e Grandes Opções do Plano 2020-2023.

O **Sr. Presidente de Câmara:**

"Sim, procurarei sistematizar o essencial.

Trata-se da 2ª Alteração Modificativa ao Orçamento 2020 e Grandes Opções do Plano, esta segunda alteração modificativa voltamos a inscrever parte do saldo de gerência de dois mil e dezanove, que não esgotamos na primeira alteração e também não esgotamos com esta segunda, para efetuarmos depois diversos ajustamentos nos documentos em vigor e no capítulo da receita procedeu-se então à inclusão de parte do saldo de gerência de dois mil e dezanove, no valor de trezentos e dezoito mil oitocentos e setenta e seis euros, efetuaram-se reforços no valor global de sete mil quatrocentos e oitenta e nove euros na rubrica de transferências de capital provenientes de financiamento externos, ou seja tivemos de ajustar o valor das comparticipações de diversas ações à sua reprogramação física e financeira.

No capítulo da despesa, os principais movimentos resultam no essencial de alterações às Grandes Opções do Plano que passará a ter trinta e sete vírgula oito milhões de euros, em vez de trinta e sete vírgula cinco milhões de euros, e os principais reforços, já falarei das anulações, resultam essencialmente ou têm incidência nestas funções e nestas obras ou ações:

- Há inclusão de uma nova ação, aquisição de bens para reforço das condições de segurança nas instalações dos serviços municipais Covid19. Os desafios que temos hoje de enfrentar para manter os serviços a funcionar com segurança, para os trabalhadores e para os munícipes, implica um conjunto de novos

investimentos sobretudo, também, na aquisição de barreiras e outros bens destinados a medidas de proteção. Há também um reforço da dotação da ação mobilidade sustentável nos serviços municipais, tendo em vista permitir-nos fazer uma candidatura que temos a informação que já foi bem-sucedida para aquisição de viaturas elétricas e uma hibrida para os serviços municipais;

- Também o reforço da dotação da ação aquisição de equipamento informático, aliás a experiência que vivemos nos últimos meses com recurso forçado ao teletrabalho obrigou a um esforço de investimento muito grande para possibilitarmos a umas centenas consideráveis de trabalhadores poderem estar a trabalhar à distância e percebendo, também, ainda a insuficiência de algum equipamento e para nos prepararmos não só até no plano da renovação de equipamento mas, também, de adquirir alguns portáteis até para eleitos e dirigentes, na última reunião de câmara falávamos da possibilidade de cada eleito, para poder dispensar mais papel, ter também estes equipamentos disponíveis, é isso que vamos fazer mas, sobretudo, para criar as tais condições, face a um eventual surto, de facilidade de teletrabalho e de videoconferência, porque houve muita gente que teve em teletrabalho mas os seus computadores, por exemplo, não estavam apetrechados com câmara e microfone e algumas reuniões, obviamente, não puderam realizar-se, foram prejudicadas por causa disso, e vamos aqui fazer um investimento nesta área;

- Depois do reforço da dotação da ação apetrechamento, mobiliário e equipamento para escolas básicas e jardim-de-infância. No fundamental trata-se de um reforço de cinquenta e seis mil e quinhentos euros para aquisição de equipamento informático para as escolas do concelho, mais um reforço para a abertura do ano letivo;

- Temos também execução financeira de obras concluídas em anos anteriores, serviços individuais de saúde, é pouca coisa, o que é que isto significa? Terminada a obra da Unidade de Saúde de Pinhal Novo que foi, mesmo ontem numa reunião diziam, uma obra exemplar, sem desvios, sem atrasos, sem trabalhos a mais, etc., etc., há a revisão de preços por fazer. A revisão de preços é publicado anualmente os valores dos materiais e temos aqui que fazer um reforço de três mil euros, tínhamos lá ainda algum dinheiro para fazer a revisão de preços, são atos que decorrem da legislação e que faremos;

- Temos também aqui um reforço da dotação da ação do cabaz solidário saudável que já existindo vai ser reforçado com outros bens, porque estes cabazes geralmente têm poucos alimentos suscetíveis de serem perecíveis e para que o cabaz possibilite às famílias terem também acesso, por exemplo, a carne, nomeadamente carne de aves e outra, há aqui um reforço para qualificar este cabaz;

- Há a inclusão de uma nova ação, execução de obras em edifícios em substituição dos titulares de alvarás de construção, não é propriamente alvarás de loteamento. Aqui trata-se de fazer uma obra de um sistema de deteção e segurança contra incêndios que não foi feito por um construtor e que o município tendo ainda a garantia daquele prédio vai ter de fazer em substituição de, é uma coisa que podia ser o condomínio a fazer mas, pronto, temos que ser nós a fazer e isto dá origem a um capítulo chamado habitação e urbanismo, até parece que vamos fazer aqui algo muito pomposo mas na prática trata-se de um reforço de três mil e quinhentos euros para poder fazer a implementação desse sistema de controlo de deteção de incêndios em edifícios;

- Temos depois, também, ainda nas obras de infraestruturas em substituição dos titulares de alvarás de loteamento, isto não vai parar vamos de ter trabalho para muitos, muitos anos, dado o conjunto de loteamentos que ficaram inacabados e as novas exigências e obrigações que se colocam hoje às infraestruturas desses loteamentos, mas havendo agora procura e alguma dinâmica temos de continuar a investir nesta área e então reforçámos mais trinta mil euros em dois mil e vinte, mais cem mil euros em dois mil e vinte um para reparação de condutas de água, reposição de calçada no loteamento da Expofirme - Investimentos Imobiliários, Lda., aqui em baixo nas Lajes, reforço e alteração das redes elétricas em Val'Flores que vai continuar, esta semana finalmente foram ligados os prédios novos que estão em construção, um quarteirão, mas eles estão a nascer como cogumelos e vamos ter que continuar a fazer os novos PT's, e por aí fora, e, também, o chamado loteamento JMC - Rodrigues, perto da Quinta do Pinheiro, dos Farias para quem é ali do Pinhal Novo, que também já temos projetos para fazer o lançamento das obras, já lá tem aliás uma comunicação prévia que entrou e que tem todo o direito a começar a construir;

- Depois aquisição e instalação de equipamento em viaturas de resíduos sólidos, temos aqui vários reforços, as viaturas têm avarias com custos muito pesados que não são suscetíveis de serem reparadas nas nossas

oficinas e, portanto, há aqui várias, mas há, também, outros reforços nesta área dos resíduos sólidos para fecho de gares, retirada de suportes de fixação, montagem noutros locais e aquisição de contentores para preparar já o próximo ciclo de recolha porta-a-porta que vai incidir nos Portais da Arrábida, em Quinta do Anjo, e depois em Padre Nabeto;

- Também nos espaços verdes e zonas públicas foram efetuados reforços de vários montantes para aquisição de flores de época, tutores, adubos, árvores, herbicidas, aquisição de arbustos e outros produtos;

- No reforço da dotação de ação remodelação do Jardim José Maria dos Santos, articulação com o antigo largo da Mitra em Pinhal Novo, foi efetuado um reforço de noventa e seis mil e quinhentos euros, para pagar o último auto da empreitada que era, de facto, um dos mais pesados. Isto era uma obra que vinha do ano passado e a reprogramação foi avançando para este ano, mas também para o pagamento do auto de assistência técnica à obra, estas empreitadas têm uma assistência técnica à obra está logo incluída na empreitada mas que é paga só no final e, portanto, para o acerto de contas há aqui a necessidade deste reforço;

- O mesmo aconteceu, por exemplo, com os espaços públicos e arranjos exteriores do Fernando Pó que estando terminados têm agora necessidade de uma tranche final para o pagamento do último auto e a assistência técnica à obra;

- Reforço da dotação da ação intervenção de natureza estrutural para evitar derrocadas nas Encostas do Castelo, foi efetuado um reforço de trinta mil euros para permitir a elaboração de um contrato adicional, proposta que também já está encaminhada, mas isto depois tem aqui também muitos trabalhos a menos, aliás nesta empreitada o volume de trabalhos a menos é muito substancial dado que o LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil está sistematicamente a acompanhar o projeto e a empreitada e, por vezes, acaba por suscitar em obra outras soluções, ainda bem que é para gastar menos, a empresa é que não está muito satisfeita com isso, mas, de qualquer forma, os adicionais são pagos à parte e o encontro dos trabalhos a menos, e a mais, mais substanciais só é feito no final da empreitada;

- Temos previsto já aqui uma dotação para a gestão de equipamentos, Empresa Municipal contrato-programa, um reforço de trezentos mil euros para eventual atualização do contrato-programa em virtude da perda de receita resultante da pandemia Covid19 na Palmela Desporto. É um valor estimado, a Palmela Desporto há de ter o seu orçamento retificativo que há de ir a reunião de Câmara, há de ser aprovado, o contrato-programa é outra coisa, há de vir a reunião de Câmara e há de vir à Assembleia. Neste momento é esta a estimativa, felizmente a empresa está a laborar, a adesão aos serviços, enfim, as pessoas ainda estão muito receosas, não é aquela que seria desejável, ainda assim estão a ser tomadas medidas para outras atividades, para diversificação da oferta, para manter ali um nível de receita que permita reduzir os prejuízos que venha a ter este ano ao fim de cinco anos consecutivos de resultados positivos.

Nas funções económicas:

- O reforço da dotação da ação repavimentação da rua Pedro Álvares Cabral, em Pinhal Novo, foi feito já o reforço, é uma obra que não necessita de projeto, tem caderno de encargos feito e avança já este ano para permitir o lançamento do concurso;

- Também a pavimentação da rua António Henrique de Matos, em Cabanas, um reforço de quarenta e cinco mil euros para fazer esta obra ainda este ano, é uma obra também do Eu Participo!, ou da pavimentação da rua do Campo da Bola, em Lagameças, também um reforço de cinquenta mil euros para permitir o lançamento do procedimento para obra;

- Depois um reforço da dotação, de uma verba que já lá existe mas precisa de mais esta verba, repavimentação da estrada de Vale de Barris, caminho mil e cinquenta e quatro, sobretudo para elaboração de um projeto e de um estudo técnico numa empresa da especialidade considerando as patologias que a estrada na parte que já foi repavimentada, não estamos a falar da parte que falta repavimentar que essa há de vir a reunião de Câmara possivelmente através de uma proposta de empréstimo que ainda é uma verba considerável, mas sobretudo fazer um estudo técnico daquele fenómeno de fissuração daquele pavimento que não tem uma razão fácil de explicar a não ser com sondagens geotécnicas. Há engenheiros que se inclinam para as questões de erosão dos solos que ali é verdade que existe, porque existe na serra erosão do solo mas, sobretudo, por causa das temperaturas e do tempo seco a compactação das argilas também dá

origem a fenómenos daquela natureza. Há soluções, mas antes têm que ser estudadas as verdadeiras causas para se perceber e estamos a pensar entregar também ao LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil o estudo da solução para aquela reparação;

- Depois o reforço da dotação para a PRARRÁBIDA - Castelos e Fortalezas da Arrábida, uma empreitada que está a decorrer e que como em quase tudo aquilo que se mexe no Castelo, quando começamos a mexer, em determinadas zonas, pensamos que vamos encontrar uma coisa, o projeto foi feito para uma realidade e aparece outra. Há aqui a necessidade de um reforço de vinte e três mil e duzentos euros para permitir a celebração de um contrato adicional e, como sempre, depois de começarem as obras, estas obras implicam também a contratação à parte de trabalhos de acompanhamento, não é só arqueológicos e de conservação e restauro mas, também, de trabalhos antropológicos e, também, mais dez mil euros para isto;

- Quanto à instalação da Incubadora de Empresas de Pinhal Novo, foi efetuado também um reforço de quinze mil euros para permitir o lançamento de novo procedimento concursal para a obra. As obras estão com um custo acrescido, desde novembro para cá, na ordem dos vinte e seis por cento nas empreitadas, há falta de mão-de-obra, há um conjunto de fatores que estão a fazer sistematicamente aumentar os custos, os valores base das empreitadas. Esta foi mais uma que ficou deserta e pelo estudo que fizemos percebemos que há aqui uma diferença na ordem dos quinze mil euros e vamos, naturalmente, a partir da aprovação deste documento, se for esse o entendimento da Assembleia, a partir de amanhã voltar a lançar este e mais um ou dois procedimentos que estão nas mesmas circunstâncias.

Ora onde é que fizemos anulações? Fizemos anulações no valor de setecentos e trinta e seis mil euros, anulações por, exemplo, no licenciamento de software, porque o trabalho que temos estado a fazer e brevemente anunciaremos novos serviços no portal online têm sido feitos como o Setúbal Península Digital e com a prata da casa e alguns investimentos em novas aplicações só poderão ser feitos lá mais para o final do ano, no momento podemos aqui não utilizar trinta e seis mil euros que só farão falta, possivelmente, no final do ano ou em janeiro. Face também, aqui, a estas questões do Covid19 pudemos ir buscar cerca de quarenta mil euros a combustíveis e lubrificantes, de facto os nossos veículos tiveram mais tempo parados em particular os dos transportes escolares e outros serviços que fazemos habitualmente de apoio ao nosso movimento associativo, também menos vinte e um mil euros nos transportes escolares, cinquenta e oito mil euros na alimentação escolar e na requalificação do Salão Nobre dos Paços do Concelho, trata-se de uma reprogramação física e financeira, a obra está adjudicada, por causa do Covid19 também a empresa não entrou em obra, o plano de segurança e saúde foi aprovado na segunda-feira, no início desta semana, o estaleiro vai ser montado na próxima semana e os trabalhos vão iniciar-se e não gastamos os setecentos mil euros este ano, vamos empurrar duzentos e vinte e quatro mil euros para o próximo ano. Trinta mil euros, relativos à ampliação e remodelação das redes de águas, sessenta e cinco mil euros à volta destas questões das águas, vinte mil euros na área da conservação e beneficiação de espaços de jogo e polidesportivos, isto tem tudo que ver, sobretudo, com a reprogramação de pequenos investimentos.

No que diz respeito a reprogramação física e financeira da rua Manuel Carvalho Domécio, ou do Aceiro do Miranda, ou de Brejos Carreteiro até ao CM1029, ou da João Pedro Monteiro, nas Lagameças, não está propriamente em causa a execução destas obras, não vale a pena é ter dinheiro lá no orçamento enquanto o projeto ainda não está feito e ainda não sabemos o valor exato. Lançámos agora um conjunto de obras que já é do domínio público e na próxima semana vão conhecer outras muito importantes, seja da rede viária, seja de outra natureza, para o concelho e estas serão certamente obras para lançarmos no final do ano e elas, aliás, já estavam em parte programadas para dois mil e vinte e um, começavam em dois mil e vinte terminavam em dois mil e vinte e um, e estamos aqui com a possibilidade de mexer neste dinheiro enquanto não há projeto nem condições para lançar o procedimento.

Feitas estas afinações, entre o deve e o haver, após esta segunda alteração modificativa o orçamento vai situar-se nos sessenta e um milhões quatrocentos e quarenta e cinco mil setecentos e sessenta e quatro euros e representa um acréscimo pouco significativo, zero vírgula cinquenta e três por cento, relativamente ao orçamento atual.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada, Sr. Presidente.

Srs. Membros da Assembleia sobre esta proposta? Questões, intervenções?

Dou a palavra ao Partido Socialista, Dulce Marques."

A **Sra. Maria Dulce Marques do PS:**

"Começo por dizer boa noite a todos e na pessoa da Sra. Presidente cumprimento todos os presentes nesta bonita sala e também os que nos estão a ouvir agora a partir de outro sítio e de outras localizações.

Espero que me consigam entender, porque a nossa voz é um bocadinho deturpada com esta máscara.

Neste ponto da 2ª Alteração Modificativa ao Orçamento de 2020 e Grandes Opções do Plano 2020-2023, na generalidade compreendemos a necessidade dos ajustes apresentados pelo que a Bancada do Partido Socialista irá votar a favor.

No entanto, de maneira mais específica, no que diz respeito às Grandes Opções do Plano é claro o motivo da inclusão da nova ação aquisição de bens para reforço das condições de segurança nas instalações dos serviços municipais Covid19.

Ao nível da funções gerais, porém, o reforço da dotação da ação aquisição de equipamento informático, limita-se a responder às necessidades dos colaboradores do município em si devido ao teletrabalho e algumas das explicações que o Sr. Presidente já referiu, à modernização de alguns processos, mas, tal como já tive oportunidade de referir em duas Assembleias Municipais atrás, não responde às necessidades das populações mais vulneráveis que frequentam os equipamentos de ensino do concelho.

Através do canal YouTube foi possível escutar alguns dos esclarecimentos que o Sr. Presidente deu, aquando da reunião do executivo de dia quinze de julho, porém, efetivamente, dada a existência de uma almofada financeira para já no município seria fácil responder aos alunos que enfrentam, e enfrentaram, grandes dificuldades nos últimos meses para continuar a acompanhar as suas aulas.

No que diz respeito ao reforço da dotação da Palmela Desporto, percebemos que face à pandemia deixou de haver utentes porém o que gostaríamos de perceber melhor é se houve uma suspensão dos prestadores de serviço, porque é que essa prática não foi aplicado também aos funcionários. Há diferentes modalidades que seriam passíveis de ser aplicadas como forma de atenuar os impactos negativos da ausência de faturação na gestão desta empresa. O Sr. Presidente terá referido que teremos menos seiscentos e oitenta mil euros de receita comparativamente com o ano passado."

O **Sr. Presidente de Câmara:**

"Vai ser muito pior ainda, isso eram os números de junho."

A **Sra. Maria Dulce Marques do PS:**

"Então pelo que os trezentos ou trezentos e trinta mil euros de reforço, podem revelar-se totalmente insuficientes. Aqui perceber o que é que poderia ter sido feito também.

Para terminar uma pequena nota que é fora da temática deste ponto dois, mas para recomendar uma melhoria mais a ser realizada no site da Câmara Municipal para que os vídeos das reuniões do Executivo, e neste caso também agora das Assembleias Municipais, se tornem mais facilmente localizáveis e por conseguinte mais acessíveis. Tivemos aqui várias tentativas e pesquisas, mas de facto ser necessário ir ao separador Viver e clicar em Notícias, não é uma utilização nada intuitiva muito menos quando se começa por aparecer a data de um de julho e uma referência a que brevemente o vídeo de dia quinze estará disponível e aguardando um pouco mais, se tivermos paciência, de repente, afinal, temos o vídeo do dia quinze. Também no canal YouTube, se fizermos uma pesquisa aparece-nos uma panóplia de datas que podem ir de

dois mil e dezasseis, é totalmente aleatório, mas é muito difícil localizar efetivamente as reuniões que têm vindo a decorrer. Nestes tempos pandémicos há, efetivamente, uma necessidade de as plataformas, e dos programas, e das aplicações serem mais acessíveis, mais funcionais, pelo que fica aqui esta sugestão.

Disse."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, mais alguma intervenção, questão?

Não havendo, então peço ao Sr. Presidente se quer responder por favor."

O **Sr. Presidente de Câmara:**

"Se me permite Sra. Presidente, e muito sucintamente até retomar uma questão que foi colocada logo no ponto um no esclarecimento acerca da transmissão que estamos hoje a inaugurar na Assembleia Municipal. O objetivo quer de descentralizar as sessões da Assembleia, quer de fazê-las também transmissão via internet, é um objetivo que eu reconheço em quase todos os compromissos políticos de cada uma das Bancadas. O município desde o primeiro ano de mandato procurou fazer isso e procurou fazer como está a fazer hoje, fazendo utilização dos seus recursos humanos próprios e do equipamento que tinha. Tivemos um problema com o equipamento e não conseguimos fazer e tivemos um período felizmente de atividade normal, que em Palmela é muito dinâmica, em que não tínhamos já sequer condições para ter horas extraordinárias para pagar aos nossos trabalhadores e metemos no orçamento deste ano verba para aquisição destes serviços ao exterior para a Assembleia que, depois, precisava para fazermos a aquisição de seis a sete sessões até final do ano, veio a primeira alteração modificativa. Entretanto, porque passámos a ter, temos tido aí muito trabalho nomeadamente nos vídeos de produção das campanhas turísticas, etc., menos atividades que implicam o envolvimento dos nossos técnicos, tivemos condições para fazê-lo hoje, mas fica garantido que este aspeto não será mais interrompido, se não for com recursos humanos próprios será através da adjudicação ao exterior conforme colocámos no orçamento na primeira alteração modificativa. Mas é para se perceber que isto tem uma história, que há uma intenção, há um objetivo e que houve aqui dois ou três aspetos que nos alteraram os planos porque já eramos para ter isto a funcionar, pelo menos, desde o início deste ano.

Pronto, sobre as questões desta segunda alteração modificativa, Palmela Desporto, é muito simples. A Palmela Desporto teve a orientação política do seu acionista único e maioritário para não recorrer ao layoff, e esta nossa preocupação de ter já esta previsão é porque não queremos que nenhum trabalhador do mapa da Palmela Desporto tenha os seus vencimentos em risco, como já aconteceu noutras empresas municipais do país e até da Península de Setúbal. O que é que está a ser feito? Teremos oportunidade, possivelmente, depois, quando falarmos do orçamento retificativo de se perceber, mas há várias medidas. Os prestadores de serviços, naturalmente, não prestando o serviço não foram remunerados, não há propriamente contratos de fidelização, porque alguns daqueles serviços são um bocadinho à peça ou consoante o público que está inscrito, mas há um conjunto de outras medidas que a Palmela Desporto tem vindo a tomar para reduzir despesas de funcionamento que é normal, agora sem clientes e quando se fala aqui muito do peso que tem já as receitas próprias da Palmela Desporto, que há quem considere que são sempre insuficientes, nós também e, para isso, é preciso dar seguimento ao plano estratégico que foi agora perspetivado até no âmbito do estudo que encomendámos e que já foi entregue, inclusivamente aos Srs. Vereadores do Executivo de todos os partidos, precisa de diversificar a sua atividade e de ter mais equipamentos e mais *skore business* para faturar mas, neste momento, há alguma retração mas, também, tenho apreciado o esforço da Palmela Desporto para prestar outros serviços, está a preparar um conjunto de outras ofertas e de atividades desde a formação a programas de desenvolvimento desportivo e prevendo, inclusivamente, também, já a venda de serviços a outros clubes e associações. Hoje tive oportunidade de constatar que um clube de natação de um concelho vizinho, porque as piscinas no seu concelho não estão em condições ou não conseguem assegurar as condições que são hoje exigidas para o funcionamento das piscinas, está a

pagar e a alugar as pistas, e a pagar os serviços como lhe compete à Palmela Desporto. A Palmela Desporto vai funcionar no mês de agosto, ao contrário de outros anos, e toda a equipa, trabalhadores e gestão, estão a fazer um esforço enorme para que os resultados não sejam tão negativos no final do ano.

Algumas questões sobre aquilo que se diz sobre os computadores, investimento. Sra. Membro da Assembleia, possivelmente não ouviu a parte que eu depois referi que temos cinquenta e seis mil e quinhentos euros para material informático para as escolas do primeiro ciclo e jardins-de-infância. Mas quero aqui dizer que mantenho aquilo que politicamente disse desde o primeiro minuto, compete ao Ministério da Educação e ao Governo, sobretudo no contexto que nos aconteceu a todos em todo o mundo, criar condições para que nenhum aluno seja excluído por falta de material informático. E quero aqui recordar que quando eu disse isso até fui assessorado pelo Sr. Primeiro-Ministro que no dia um do quatro garantiu à SIC, para quem quis ouvir, e aos portugueses que haveria um computador por aluno até final do ano, que voltou a dizer agora no mês de junho, falou num programa de Portugal Digital, da Educação Digital, etc., etc., mas já corrigiu, já corrigiu porque é a lógica a que o município defende, não é como alguns municípios que utilizaram dinheiro de fundos comunitários, e de outras coisas, para oferecer Tablet's. Não os computadores são das escolas e agora já veio dizer, e bem, eu também concordo com ele, que os computadores, os primeiros trezentos mil, têm que ser para os docentes e para os alunos dos escalões A e B da ação social escolar, mas que o objetivo é generalizar. Vamos para um "Magalhães ponto dois" se não for "Magalhães" há de ter outro nome, e isso veio confirmar aquilo que eu sempre disse e aquilo que propus no Conselho Metropolitano, e que propus ao Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares para que nas medidas, nas setenta medidas, que apresentámos estava lá, aproveitem não é só para o amianto, nós agora somos os empreiteiros do Ministério da Educação. Aproveitem para direcionar dinheiro para este novo Portugal Digital, esta área da educação, para que ninguém seja também info-excluído e em particular as crianças nesta área. O que o município vai fazer é complementar, como foi aquilo que fez no mês de maio, obviamente o número de computadores que o município disponibilizou aos agrupamentos, que disponibilizou a algumas IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social, sejam adquiridos por si, sejam solicitados a empresas e até já temos Tablet's dados por empresas para entregar em setembro, no âmbito do programa de Mecenas de Palmela, é um complemento mas é para ficar para a escola e a escola gere, entrega aos alunos que efetivamente sabe que não têm. Eu tive oportunidade nesta sala no Conselho Municipal de Educação de perguntar, face a esta preocupação, aos pais, encarregados de educação, aos Srs. Diretores das escolas, quantos alunos é que não puderam ter as suas atividades por causa do computador, não me conseguiram dizer muitos mas, também, não disseram que não tiveram computador por causa da Câmara, porque nós todos os pedidos objetivos e diretos que foram feitos nós respondemos. A solução afinal já havia sido anunciada desde abril, agora nós vamos fazer na mesma, porque temos equipamento que fica nas escolas e tivemos equipamento também como acontece com o nosso ou começa a ficar obsoleto ou o computador até tem uma grande apetência mas não tinha a câmara, tinha que se comprar uma câmara à parte, quando hoje a maior parte deste equipamento já vem todo ele equipado com uma câmara e com microfone embutidos, é isso que vamos fazer aproveitando uma verba que, obviamente, poupando na alimentação escolar vamos direcionar para ali. E é só este esclarecimento, porque tem-se procurado esgrimir alguns argumentos falaciosos relativamente a esta questão da informática nas escolas e fica este esclarecimento. O Governo também acabou de prometer máscaras para todos os alunos para o início do próximo ano letivo, agora o que ninguém pode prometer é um modelo definitivo de funcionamento do próximo ano letivo, a resolução do Conselho de Ministros saiu esta semana eu gabo a ousadia de quem tem de gerir as escolas de conseguir montar um processo e há solução para tudo, mas vamos ter que arriscar muita coisa e eu não sou nada temeroso nessas coisas acho que os professores, e educadores, que vão estar à frente da direção das escolas vão consegui pôr isto a funcionar mas olhe que aquelas coisas que são difíceis de decidir ficam para as escolas no âmbito da sua autonomia, as que são fáceis de decidir decide o Ministério da Educação, isto é que é estranho, devia de ser ao contrário mas, pronto, vai correr tudo bem também acho que sim.

Finalmente, ainda, acerca da reprogramação de obras Sras. e Srs. Membros da Assembleia nenhuma destas obras vai desaparecer do nosso plano, nem vai deixar de ser realizada, ficou claro que a reprogramação tem razões objetivas como já tiveram outras. O Sr. Membro da Assembleia José Carlos Sousa, falava ainda há pouco que há obras adiadas, etc., etc., já ouvi comentários depois de lerem o último Boletim Municipal já dizem "agora é que vêm as obras todas, porque estamos em campanha eleitoral", não a campanha ainda não começou, mas eu estou em campanha todos os dias, nós estamos a cumprir aquilo que prometemos às

pessoas, enriquecemos inclusivamente o plano de mandato com muitas outras obras novas decorrente de oportunidades, de candidaturas, de processos participativos e algumas ações e medidas e obras até temos vindo a discutir com os membros dos vários partidos e considerando as necessárias, felizmente temos até tido unanimidade e aprovação na generalidade das novas inclusões nas Grandes Opções do Plano. O problema hoje, Sras. e Srs. Membros, e eu quero dizer-vos isto com toda a franqueza, porque em todos os fóruns que vou ouço toda a gente com o mesmo problema, tem que ver com a incapacidade do mercado e das empresas de darem resposta. As empresas não têm conseguido encontrar pessoal e eu discuto isto ao pormenor com empresas, empreiteiros, e estou falar-vos desde os grandes grupos económicos a empresas, enfim, de média dimensão, e isto faz com que as obras, os técnicos fizeram bem as contas, fizeram bem o caderno de encargos, mas, quando vamos lançar a obra aquilo já está desatualiza, dois ou três meses desatualiza, e tem que ver essencialmente com estas dificuldades em encontrar empresas que concorram, que tenham técnicos e pessoal para executar um volume de obra tão grande que felizmente o investimento público no país é aquele que pode ajudar já no pós Covid19, porque tem que haver dinamização da economia neste período, porque os seiscentos e tal mil euros que nós já sentimos a menos na receita são os primeiros impactos dos primeiros dois/três meses se não houver, de facto, consumo, se não houver obra, se a atividade não abrir, se continuarmos a trabalhar a um terço da capacidade de alojamento, dos restaurantes, enfim, todas aquelas empresas dos eventos, se não voltarmos a rua, nós sabemos que vamos todos pagar essa fatura daqui a uns meses, então vamos fazendo obra para ver se isto mexe e anima, mas também temos que fazer alguns eventos, alguma festa e fica já o convite para aparecerem no FIAR este fim de semana, entre outras realizações que andam no nosso concelho.

Desculpe este discurso, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada, Sr. Presidente.

Mas entretanto tenho um pedido de intervenção, Sr. Membro da Assembleia José Carlos de Sousa."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Não era para intervir é uma coisa muito simples, mas é por causa as opções políticas do Sr. Presidente de Câmara que eu tenho que intervir.

Primeiro ponto que aqui referenciou, estranho que os diretores dos Agrupamentos das Escolas de Palmela e as duas escolas não agrupadas não tenham conseguido dizer na sessão do Conselho Municipal de Educação quantos alunos de escalão A e B tinham que não tinham equipamento informático, estranho muito."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Não foi isso que eu disse, é que tenham ficado impossibilitados de… é porque não ficaram."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Ouvimos, uma coisa diferente ou o senhor disse uma coisa diferente daquilo que pensou, eu acho muito estranho…"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Os alunos que por causa da ausência desse material ficaram impossibilitados de fazer as atividades, foi isso que eu disse, está gravado."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Sim, estará gravado, a questão é que o senhor nos quarenta e três trabalhadores da Palmela Desporto, que está aqui nas contas consolidadas que aprovámos há pouco, aliás que que os senhores aprovaram há pouco, entendeu politicamente não fazer layoff, diz que meteu seiscentos mil euros agora no orçamento retificativo e que eventualmente não chegará porque isso era em quinze de julho e depois não é capaz de ter uma medida positiva para os alunos do concelho de Palmela, como outros concelhos tiveram. Eu não vou dizer que o meu amigo tinha que fazer isso, ou que o município teria que fazer, agora a questão é esta os diretores das escolas foram alertados para dizer quantos alunos, dos cerca de um ponto quatro milhões de alunos que existem no país há diagnosticados cento e setenta mil que não tinham equipamento informático. E para esses cento e setenta mil é que o Sr. Primeiro-Ministro no dia quatro, não sei de quantos que o senhor aí referiu, já percebi que é fã do Sr. Primeiro-Ministro, disse que em setembro todos têm computadores. Eu não sei se todos terão computadores, sabe porquê? Porque vou pegar naquilo que diz, é que, por exemplo, a Gulbenkian disponibilizou em março um milhão de euros para adquirir computadores e o mercado não tinha número suficiente de computadores para serem adquiridos, esbarra claramente aí. Agora a questão política que o senhor aqui disse é: mantemos as questões todas, nomeadamente na Palmela Desporto e no resto, etc., etc, mantemos o sistema a funcionar, continuamos a fazer as nossas festas, diminuídas com mais distância social etc., etc., mas a este nível não fazemos nenhuma intervenção deixamos que seja o Estado a fazer, e eu aí acho que o senhor devia de ser mais interventivo, deveria ter mais posição, quer aqui município de Palmela, quer na Área Metropolitana, quer na Associação dos Municípios da Região de Setúbal, etc., etc., onde, por aquilo que é veiculado nos jornais, o senhor tem muita intervenção a esse nível. Agora, uma coisa é aquilo que nós diagnosticamos, refletimos e agimos e o senhor genericamente faz ao contrário, age pouco sobre as coisas, deixa correr as coisas, para quê? Para se sentar nessa cadeirinha e dizer o Estado não fez, e enquanto esta postura for tida dessa maneira não tem possibilidade de concretizar as obras que conseguimos aqui há bocadinho aprovar.

Era só muito obrigado."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

Mais alguma intervenção Srs. Membros da Assembleia?

Vamos fechar este ponto.

Sr. Presidente da Câmara."

O **Sr. Presidente de Câmara:**

"Sra. Presidente, Sr. Membro da Assembleia José Carlos Sousa, eu acho pouco a esse tipo de argumentação que começa a ficar, de facto, um pouco estafada, porque não só não corresponde à verdade, porque tudo aquilo que foi feito nesse período, os computadores que entregámos, os hotspots - (internet móvel) que entregámos, tudo aquilo que fizemos, os contactos com os operadores até para algumas zonas do território onde não havia sinal de internet, isso está tudo documentado e o senhor vai ter oportunidade de ver isso também nos relatórios feitos para a Assembleia, e por outro lado se o senhor não conheceu, ou não quer reconhecer, há quem tenha reconhecido esse trabalho, agora pode é pedir responsabilidades a quem no dia um de abril anunciou, está, o senhor pode consultar na internet, que iria ter um computador por aluno, exatamente o senhor depois tem é que pedir responsabilidade e essa pessoa é do seu partido e é um Primeiro-Ministro. De resto, esta questão da cooperação nós fazemo-lo, nós vamos a jogo, é indecente aquilo que foi feito com o amianto e aquilo que vai ser feito na próxima semana que é uma ação de propaganda de levar os Presidentes de Câmara todos ao beija-mão a assinar numa escola de um concelho, não sei porquê aquele concelho, não deve ser o que tem mais escolas para retirar amianto, mas por curiosidade é um concelho que, neste momento, é governado pelo Partido Socialista, vamos lá todos ao beija-mão assinar, chantageados, porque não temos outra hipótese e porque nós queremos resolver o problema do amianto nas escolas que não são da nossa responsabilidade, e dissemo-lo desde o primeiro momento, e que até nos disseram que não era a José Maria dos Santos e, afinal, já é, porque a DGEsTE - Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares desistiu do processo, e vamos lá assinar uma coisa a cinquenta e cinco euros o metro quadrado, quando eu já fiz aquilo que tinha a fazer na Área Metropolitana,

no POR-Lisboa, dizer não, não, os preços de mercado andam entre setenta e seis e cento e dezanove euros. Todos os municípios dizem "está bem a gente vai fazer", os tais empreiteiros do Governo que ao fim de dez anos depois de Os Verdes terem proposto, e feito aprovar na Assembleia da República, uma resolução para a retirada do amianto nas escolas e arranjou-se finalmente dinheiro da Europa, eles de facto seguiram o nosso conselho de redirecionar dinheiro para este objetivo, ótimo, aplaudo, mas dizer às autarquias meus amigos vocês ou fazem isto ou vão ser trucidados pela vossa população, nós até arranjamos aqui um dinheirito que não vai chegar, os projetos têm que estar prontos até outubro e as obras têm que ser feitas até junho. Vamos chegar àquela situação em que não haverá empresas no país para tirar o amianto todo das escolas e mais uma vez, depois, vamos ver quem é que efetivamente faz, porque só é fazível sendo as autarquias a fazer. Possivelmente o Governo ainda nos vai pedir apoio para nós fazemos umas candidaturas para comprarmos os computadores para as escolas, vamos ver se ainda não vamos falar nisso daqui a uns meses, porque não consegue, de facto, comprar os computadores, mas as autarquias conseguem. Não conseguiu tirar durante anos o amianto das escolas, mas as autarquias conseguem, e a que custos? Mais uma vez pondo dinheiro do seu bolso porque aquela verba não vai chegar, mais uma vez, atrasando as suas obras para meter agora a mata-cavalos mais duas ou três empreitadas quando estamos numa fase crítica de concretização de um conjunto de projetos de fundos comunitários que têm prazos e as obras têm que ir para a rua.

Sr. Membro da Assembleia, eu falo assim, sem rede, com alma e coração, nós estamos cá para resolver as coisas, mas não admito, não admito, ser responsabilizado por matérias que não são da nossa responsabilidade e tenho que defender os interesses da autarquia, e defender os interesses da autarquia é defender os interesses dos munícipes, e é fazer.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente.

Então, caras e caros Membros da Assembleia Municipal, vamos votar esta proposta ponto dois."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e cinco votos a favor (catorze da CDU, oito do PS, um do MIM e dois do BE) e duas abstenções do PPD/PSD.CDS-PP.

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Passamos então ao ponto três."

PONTO TRÊS – Regulamento das Condecorações do Município de Palmela.

O **Sr. Presidente de Câmara:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Conforme havia sido dito a proposta de regulamento sofreu algumas alterações pouco significativas no que diz respeito sobretudo aqui a alguns prazos e versou sobretudo, também, a introdução de algumas áreas temáticas atinentes aos objetivos do desenvolvimento sustentável que passarão a ser uma referência nos próximos anos para a generalidade dos territórios.

Conforme eu já havia dito o regulamento foi bem divulgado na sua consulta pública, é matéria que amiúde traz vários comentários, observações e críticas, mas, infelizmente, à proposta inicial não foram acrescentados, por via da consulta pública, quaisquer sugestões ou reclamações sobre o documento em apreciação e portanto nós consideramos que a atualização que foi feita cumpre em parte os objetivos, devia haver outra forma de introduzir aqui outros critérios, outras variáveis, admito que sim, mas quer os órgãos autárquicos, quer a cidadania, tiveram oportunidade de fazê-lo e a versão, afinal, parece que não tinha nada a acrescentar e está em condições de ser apreciado e votado."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada, Sr. Presidente.

Srs. Membros da Assembleia sobre esta proposta?

Vamos alternar, vou dar a palavra o PSD/CDS, por favor, Colin Marques."

O **Sr. Colin Marques do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Boa noite, permita-me que na figura da Sra. Presidente cumprimente todos os presentes.

De um modo geral eu acho que o regulamento está bastante bem conseguido e todas as medalhas, eu só tenho aqui uma questão que é relativa à medalha de grau de mérito municipal, que é o seguinte. Porquê a escolha de D. Jorge de Lencastre para figurar na medalha? Segundo me parece D. Jorge nunca teve assim grande mérito ao longo da sua vida, e da sua carreira, todos os cargos que desempenhou, desempenhou ora por ser nomeado pelo pai, ora por ser nomeado pelos primos ou por restantes familiares. Porque não a escolha para uma medalha de mérito da esfinge de alguém que efetivamente teve mérito e levou muito longe o nome do concelho eu referia-me, por exemplo, a Hermenegildo Capelo?

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Srs. Membros da Assembleia, outras intervenções?

Tenho um pedido do Partido Socialista, Patricia Caixinha tem a palavra."

A **Sra. Patricia Caixinha do PS:**

"Boa noite, Sra. Presidente da Assembleia, na sua pessoa permita-me cumprimentar a restante Mesa, hoje muito bem representada no feminino, Sr. Presidente da Câmara, Sras. e Srs. Vereadores, caras e caros Membros da Assembleia, técnicas e técnicos da autarquia aqui presentes e a todos e a todas aqueles que nos acompanham via *streaming.*

Relativamente a esta proposta e reconhecendo a importância e a necessidade de uma revisão do regulamento inicial, que data já do ano dois mil e um tendo sofrido uma primeira alteração em dois mil e quinze, a Bancada do Partido Socialista irá votar favoravelmente como, aliás, não poderia deixar de ser atendendo que o objetivo desta revisão prende-se com a necessidade de clarificar critérios de atribuição das condecorações e a adequação da sua redação e conteúdo às normas em vigor, nomeadamente o novo acordo ortográfico e linguagem inclusiva de género.

No entanto e aproveitando uma das notas constantes da apresentação desta proposta, e que passo a citar, que é o regulamento das condecorações municipais do município de Palmela contribui também através do reconhecimento do papel de diversas personalidades e entidades no campo ambiental, social, cultural, económico e desportivo para a prossecução dos dezassete objetivos do desenvolvimento sustentável definidos pela Agenda 2030 das Nações Unidas. É por esta mesma razão que se torna importante, que para

além de uma redação mais clara quanto aos critérios de atribuição das condecorações, seja na prática concretizada verdadeiramente esta intenção.

Bem sabemos que foi constituída uma comissão municipal, que enquanto órgão consultivo detém a função de apreciar e emitir parecer sobre as propostas de atribuição das medalhas, a Bancada do Partido Socialista defende atribuições feitas *ad-hoc*, exigindo maior rigor na sua atribuição de modo a não desvirtuar nem o princípio essencial do ato para quem é condecorado e condecorada, nem o fundamento original desta cerimónia. Às vezes mais é menos, e porque acreditamos que é isso que se pretende evitar devemos pugnar por um maior rigor exigência na atribuição destas condecorações, sem colocar em causa o mérito dos condecorados e das condecoradas e aproveitando a revisão efetuada a este regulamento. Só a título de curiosidade fiz um exercício de quantificar nos últimos anos as atribuições concedidas, foram utilizados os dados disponíveis no *site* da Câmara tendo ficado de fora as medalhas pelo serviço prestado aos trabalhadores e às trabalhadoras da autarquia que não foram contabilizadas aqui para o efeito. Só neste mandato, que ainda não terminou, foram atribuídas duzentas e trinta e sete medalhas. Anualmente a média das medalhas atribuídas é de cinquenta e nove, de dois mil e cinco até aqui foram atribuídas quinhentas e trinta e cinco condecorações, mais é menos, e tornar um ato tão digno e meritório como de receber uma condecoração numa cerimónia trivial é desprestigiar o mérito de quem é condecorado e de quem é condecorada. Apesar de existir uma comissão municipal esta não foi envolvida neste processo de revisão, que quanto a nós seria essencial.

Termino colocando algumas questões, referindo que seria importante clarificar como é que decorreu este processo de revisão do regulamento, porque foi indicado que foi aceite a questão da consulta pública, não houve participação, o Sr. Presidente já referiu que foi muito consultado, gostaríamos de saber qual foi o período desta consulta, como é que foi divulgado o projeto de regulamentação das condecorações e que, apesar de não haver contributos e sugestões, mas foram indicadas alguns comentários, gostaríamos também que fossem referidos.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, mais alguma intervenção por favor?

Pergunto ao Sr. Presidente se quer esclarecer por favor, responder às questões colocadas."

O **Sr. Presidente de Câmara:**

"Com certeza, aquilo que é suscetível de ser esclarecido.

O período da consulta pública que consta na lei, e do edital respetivo, comentários, refiro-me a comentários feitos, enfim, por vários Membros da Assembleia e outros a propósito da matéria até na comunicação social, comentários chegados ao documento por via de consulta pública não foram registados nenhuns, é sobretudo um apelo a quem comenta e tem propostas que o faça na altura certa.

O documento foi enviado também para a Assembleia durante o período de consulta pública e foi com intenção que os Srs. Membros da Assembleia também pudessem opinar sobre o assunto."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"A questão Sr. Presidente é quando decorreu o período de consulta pública?"

O **Sr. Presidente de Câmara:**

"Não tenho aqui Sr. Membro da Assembleia, mas se me der tempo, eu posso ir aqui ao *site* e está disponível..."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Srs. Membros da Assembleia, Sr. Membro da Assembleia desculpe lá, o Sr. Presidente está a falar agora.

O período de consulta pública estava a terminar na data da nossa última Assembleia, confesso que não sei quando é que começou mas estava a terminar nessa data."

O **Sr. Presidente de Câmara:**

"O senhor também pode consultar o *site*, está lá no *site*, se vamos consultar o *site* para saber o número de medalhas também pode consultar o *site* para saber o período da consulta pública. Foi objeto de uma notícia, foi noticiado em jornais regionais, esteve no *site* da Câmara anunciado, e eu próprio partilhei nas redes sociais, ou eu tenho que responder ao senhor quantas pessoas viram o meu *post* também?

Sr. Membro da Assembleia, eu creio que esse tipo de discussão também não leva a lado nenhum, não tenho aqui a data da consulta pública, está respondido.

Tenho dito Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada, Sr. Presidente.

Se não houver outras intervenções sobre esta proposta, questões?

Vamos votá-la."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e sete votos a favor (catorze da CDU, oito do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP, um do MIM e dois do BE).

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Sobre o ponto seguinte, Sr. Presidente."

PONTO QUATRO – Dedução temporária de taxa por motivo de obra – estabelecimentos comerciais no Castelo de Palmela.

O **Sr. Presidente de Câmara:**

"Sucintamente Sra. Presidente, trata-se de uma proposta de redução de setenta por cento das taxas para os concessionários que têm lojas e atividades comerciais concessionadas no nosso Castelo, e sobretudo por causa da obra que está a decorrer do CAFA - Castelos e Fortalezas da Arrábida — Castelo de Palmela, que tem um prazo de execução previsível de cento e vinte e seis dias e que tem sempre alguns impactos no acesso aos estabelecimentos comerciais e num deles, um caso concreto até tem alguma intrusão numa esplanada que está também licenciada e concessionada, e não obstante nós termos decidido, e bem, a supressão das taxas das esplanadas até final do ano, ainda assim, as obras podem concorrer com uma menor afluência de visitantes e clientes àqueles espaços.

Chegou-se aqui a um valor que foi visto pelos nossos serviços e, também, nesta lógica dos chamados juízo de equidade e de proporcionalidade, com os nossos serviços jurídicos tendo por base as reduções de faturação também destes comerciantes e concecionários nos últimos três meses, e apontou-se então a formação desses juízos estimando um dano nas concessões na ordem dos setenta por cento.

Isto foi também discutido com os próprios concessionários e, por isso, parece-nos justo que haja aqui esta dedução temporária enquanto durarem as obras e até à receção definitiva das obras, para não ficarmos presos apenas a este prazo da empreitada porque ela pode ter prorrogações, enfim, dure ela quantos meses durar, esta dedução temporária de setenta por cento nos valores exigidos a título de taxa.

É esta a explicação."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada, Sr. Presidente.

Questões sobre esta proposta, tem a palavra o Sr. Membro da Assembleia António Godinho."

O **Sr. António Godinho do PS:**

"Obrigado Sra. Presidente, cumprimento na sua pessoa todos os presentes.

Realmente estando a decorrer uma obra muito importante que visa dotar o Castelo de Palmela de uma passadeira de visitantes para mobilidade ou com mobilidade condicionada, já que sou professor de História, já sabem que será mais uma história agora. Interessante é recordar que um dos primeiros portugueses a entrar no Castelo o Rei D. Afonso Henriques em mil cento e sessenta e nove, durante o cerco de Badajoz, caiu do cavalo e esmagou a perna direita contra uma das portas da muralha partindo o fémur, o que o deixou numa carreta de madeira, que hoje seria então uma cadeira de rodas, ficando com a sua mobilidade condicionada durante os dezasseis anos que ainda viveu. Esteja onde estiver o rei português estará certamente satisfeito por ver mais esta conquista das pessoas que enfrentam tantas dificuldades diárias por terem a sua mobilidade reduzida, ainda para mais num dos castelos que lhe abriu as portas de além-tejo que permitiu-lhe continuar o seu plano de alargamento do território português.

Voltando à atualidade o PS, naturalmente, irá votar favoravelmente esta proposta.

Disse, obrigado."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Muito obrigada, Sr. Membro da Assembleia António Godinho.

Outras intervenções, caros colegas, alguma questão ou alguma intervenção?

Com esta nota de boa disposição vamos votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e sete votos a favor (catorze da CDU, oito do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP, um do MIM e dois do BE).

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Passamos para o ponto cinco, autorização para assunção de compromissos plurianuais "

PONTO CINCO – Autorização para assunção de compromissos plurianuais resultante do(s) contrato(s) de empréstimo de médio e longo prazo, celebrado(s) junto do Banco Europeu de Investimento (BEI) – "Linha BEI PT 2020", ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

O **Sr. Presidente de Câmara:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Como sabeis a Assembleia, no pretérito vinte e cinco de junho, aprovou a adjudicação da contratação de nove empréstimos bancários junto do BEI- Banco Europeu de Investimento. Os compromissos plurianuais relativos aos contratos em apreço não se enquadram na legislação no número três do artigo sexto da lei número oito de dois mil e doze de vinte e um de fevereiro e, por isso, é necessário que a assunção do compromisso e a repartição anual de encargos conforme está aqui no quadro seguinte, porque para os anos seguintes há aqui juros e amortização a fazer, tenha de vir a aprovação da Assembleia e sem prejuízo de virmos a fazer outras propostas da mesma natureza, porque ainda temos mais cinco contratos de empréstimo a decorrer, entendemos trazer já, também, a esta sessão para apreciação e deliberação da Assembleia esta autorização.

Disse."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada, Sr. Presidente.

Srs. Membros da Assembleia questões sobre esta proposta, considerações?

Há mais algum pedido de intervenção?

Voltamos ao Partido Socialista."

O **Sr. Carlos Silva do PS:**

"Boa noite a todos os presentes, na pessoa da Sra. Presidente da Assembleia Municipal cumprimentar todos os Membros aqui da Assembleia, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara Municipal Álvaro Amaro cumprimentar todos os Membros do Executivo, todos os funcionários da Câmara Municipal de Palmela que estão aqui a prestar a logística à nossa sessão e a todos os munícipes em casa que não estão a ver em direto e depois vão ver em deferido.

Para já antes de abordar este ponto só queria desejar um bom confinamento a todos vós e aos vossos familiares.

Em relação a este ponto que considero uma excelente solução, este acordo que foi alcançado até com o BAI - Banco Europeu de Investimento, dizer que nós no Partido Socialista sempre defendemos um projeto único europeu, um projeto social europeu, um projeto de coesão territorial europeu e que é bem vista esta solução. No entanto, podemos saber que a algumas forças políticas podem ser filhos pseudos revolucionários de pais ricos e que quando estão fora de casa que consideram esta questão o capitalismo selvagem europeu, mas quando estão dentro de casa estão com a mão esticada para receber.

Em relação à escala temporal de todas estas informações, em relação a todas as intervenções que vão ser realizadas, Sr. Presidente estas obras são necessárias, já há muito tempo que estas obras são necessárias, eu andava na escola primária aqui na vila de Palmela e já há vinte e cinco anos atrás que se falava de requalificação do Salão Nobre da Câmara Municipal de Palmela, e se calhar já há dez anos que se fala da Igreja de São João Batista, no entanto quero dizer que pode continuar aqui com as suas intervenções que Palmela agradece.

Disse Sra. Presidente, obrigado."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada Sr. Membro da Assembleia Carlos Silva.

Mais alguma intervenção antes de passar a palavra ao Sr. Presidente?

Então Sr. Presidente que favor para concluirmos o ponto."

O **Sr. Presidente de Câmara:**

"É só uma nota também de natureza pedagógica, é bom percebermos de onde vem os dinheiros do Banco Europeu de Investimento. Nós quando se fala aqui, também, dessa forma demagógica e populista que a Europa nos dá alguma coisa estamos a esquecer-nos que nós pagamos mais do que aquilo que recebemos. É só este esclarecimento, aconselho a consultar a documentação da União Europeia, pode ir à ADREPS, está lá o Centro de Informação "Europe Direct", que está lá a informação."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada, Sr. Presidente.

Muito bem, muito bem, é oportuno. Pergunto se há mais alguma intervenção?

Terminamos e vamos votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e sete votos a favor, (catorze da CDU, oito do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP, um do MIM e dois do BE).

Não havendo mais assuntos a tratar, a **Sra. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pelas vinte e duas horas e oito minutos do dia vinte e três de julho de dois mil e vinte, da qual se lavrou a presente ata, que eu, **Andreia Sofia Dias Bento**, na qualidade de Segundo Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, aos vinte e três dias de julho de dois mil e vinte.

A Presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O Segundo Secretário

Andreia Sofia Dias Bento